



Literatura e contestação no século XIX: uma análise do conto Mariana de Machado de Assis

Literature and contestation in the XIX century: analysis of the story Mariana by Machado de Assis

Jaciel Rossa Valente, Luan Kemieski da Rocha, Matheus Moledo Peters, Myck Alecsander de Oliveira

RESUMO: O presente artigo tem como fonte histórica o conto Mariana de Machado de Assis. Nossa proposta é analisar a arte como forma de contestação do sistema escravista por meio desse clássico machadiano. Destarte, compreender a arte como representação social, política e cultural. Com intuito de responder a problemática: “o conto Mariana representa uma forma de arte e contestação à escravidão do final do século XIX, no Brasil?”. Sendo assim, fez-se necessário a utilização da análise do imaginário e da análise literária. A fundamentação teórica calcou-se numa historiografia clássica, com vertentes culturais, políticas e econômicas, a fim de cobrir a investigação da fonte.
Palavras chaves: Machado de Assis, literatura, escravidão, imaginário.

ABSTRACT: This article has a historical source the tale Marian by Machado de Assis. Our proposal is to analyze art as a form of contestation of the slave system through this “machadian” classic. First composing art as a social, political and cultural representation. With the purpose to answer the problematic of “if the Mariana story represents an art form and a contestation to the slavery of the end of the XIX century, in Brazil”. Thus, it was necessary to use the analysis of the imaginary and the literary analysis. The theoretical foundation was based on the classical historiography, with cultural, political and economic aspects, in order to cover the investigation of the source.
Keywords: Machado de Assis, literature, slavery, imaginary.

¹ Graduando de História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K8868830U9> Email: jacielvalente@gmail.com

² Graduando de História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K2711344E2> E-mail: luank.rocha@gmail.com

³ Graduando de História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K8869928A8> E-mail: mathm1406@gmail.com

⁴ Graduando de História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná E-mail: myck.oliveira@pucpr.edu.br

INTRODUÇÃO

Mais do que uma corrente artística, o tema “Arte e Contestação” expressa uma visão de mundo complexa e abrangente. Não apenas na música, mas no teatro, na dança, na literatura, no cinema, nas artes plásticas etc. O objetivo central deste artigo é analisar a arte como forma de contestação no Brasil no final do século XIX, por meio do conto Mariana (ASSIS, 1997) e entender a arte como representação social, política e cultural, através de um panorama literário. Sendo assim, a problemática estabelecida para pensarmos o tema foi: o conto “Mariana” representa uma forma de arte de contestação à escravidão do final do século XIX, no Brasil?

De início, a metodologia utilizada na investigação se encontra norteada por dois princípios complementares. Estes seriam a análise literária centrada nos pressupostos teóricos de Moisés Massaud (2007) e a análise do imaginário contido no conto por meio da teorização de Laplantine e Trindade (1997).

O processo metodológico de análise literária empregado adentra no “microscópico” do conto, no qual a “atenção converge principalmente para as minúcias da obra” (MASSAUD, 2007). Passando, então, para o “macroscópico”, no qual o conto passa a ser encarado a partir de uma perspectiva de totalidade. Adentra-se nas estruturas sintáticas e semânticas e dá ênfase nos elementos formais, o que seria a “análise do tecido metafórico, a ironia, a ambiguidade, o ritmo, a métrica, a técnica de composição, o estilo...” (MASSAUD, 2007). Dessa forma convergindo para a unidade de efeito, que resulta na representação do real, capitada com maior precisão pela análise do imaginário.

Sendo assim, o processo metodológico de análise do imaginário focou nos elementos de símbolos e ícones, contidos na linguagem, no enredo, nas ações e na representação social das personagens. Pois, o conto, “faz parte da representação como tradução mental de uma realidade exterior percebida, mas apenas ocupa uma fração do campo da representação” (LAPLANTINE & TRINDADE, 1997). Dessa forma, o conto é uma materialização da tradução/imaginário da realidade. Tornando-se uma fonte fidedigna para estudar o real da segunda metade do século XIX. Sendo assim, “o real é a interpretação que os homens atribuem à realidade” (LAPLANTINE & TRINDADE, 1997). Portanto, o imaginário é a interpretação do real de cada indivíduo; ele se torna as lentes pelas quais enxergamos. Na obra de Machado de Assis, pode-se ver um retrato desse imaginário, que engloba toda a tradução e interpretação mental de uma realidade exterior percebida.

A obra de machadiana é carregada de representações sociais do período, como o senhor de Mariana, que apesar de dizer que sente afeições pela escrava, cometia violências que a seus olhos eram brandas, ferindo tanto fisicamente como psicologicamente a

protagonista. O intuito é representar o quanto essas relações estavam tão bem arraigadas na sociedade brasileira do período, e, na opinião de Machado, como essa situação necessitava da intervenção do governo para que fosse resolvida. Dado que:

Os contos de Machado traduzem perspicazes compreensões da natureza humana, desde as mais sádicas as mais benévolas, porém nunca ingênuas. Aparecem motivadas por um interesse próprio, mais ou menos sórdido, mais ou menos desculpável. Mas, é sempre um comportamento duvidoso, que nunca é totalmente desvendado nos seus recônditos segredos e intenções (GOTLIB, 2006)

Este conto tem lugar importante e um grande valor histórico, como defende Chalhoub (2003), afinal, por meio dele, podemos ver como as contestações estavam se transformando e se multiplicando ao redor do país. Era o prenúncio de que transformações político-sociais se viam necessárias. Portanto, existia um consenso quanto ao fim do trabalho forçado, ainda mais quando se pensa que o Brasil se tornara o último baluarte da escravidão no mundo ocidental (CHALHOUB, 2003), e não seria possível progredir sem que a emancipação fosse concedida para todos os cativos do país.

É, por conseguinte, pertinente analisar a temática “Arte e Contestação”, devido ao fato de ser um assunto complexo e de grande abrangência, possuindo diversas camadas e contendo inúmeras possibilidades de análise. Ainda, se faz relevante o estudo por contribuir com futuras pesquisas, não necessariamente sobre o Brasil, mas podendo servir de base metodológica no tratamento/ligação entre uma análise literária e representacional.

Arte e Contestação: um panorama literário

Segundo Machado de Assis “palavra puxa palavra, uma ideia traz outra, e assim se faz um livro, um governo, ou uma revolução” (ASSIS, 1994).

A frase do escritor expressa um elemento preponderante da literatura: o fator de mobilização das ideias e revoluções. É dentro dessa faca de dois gumes, relação entre resistência e opressão, que a literatura se desenvolve. Seu caráter revolucionário é inegável e seu papel varia de sociedade e tempo. No século XIX, por exemplo na Europa, a sociologia tida como grande esclarecedora das situações sociais enfrentou como “rival” a literatura, pois essa desafia a ligação entre “a análise descritiva com os avanços imaginativos” (HILSENBECK FILHO, 2013)

É nela que os elementos fantásticos, maravilhosos e ficcionais se entrelaçam com os elementos políticos, sociais e econômicos do seu contexto, dos agentes de produção e das mais diversas influências da sociedade. “Às vezes, a ficção dos romances esconde verdades que não podem ser contadas de outra maneira” (ITURBE, 2014).

O propósito do artigo não é discutir o conceito de literatura, porém se faz importante uma definição para o funcionamento da análise e cruzamento com as informações historiográficas obtidas. Sendo assim, utilizando de Antonio Candido:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações (CANDIDO, 2002).

Assim, desponta que a obra literária tem uma riqueza comunicativa, logo, ela nos concede ideias, ideologias, tradições e focos de resistências contra as mais diversas formas de opressão. Percebe-se através da literatura de resistência a tentativa de diversificar os elementos discursivos, isto é, a sua linguagem. No decorrer de sua narrativa, elementos característicos de seu cotidiano, como indagações, ideias e objetivos, se fazem presentes, tornando-se não um agente passivo, mas sim um ser político. Aqui a ficção passa a ser realidade, o imaginário se torna o concreto, e a fantasia converte-se ao real.

Moisés (2007) afirma que é um dos teóricos que irá discorrer sobre as etapas de análise da literatura. Ele nos apresenta um panorama de conceitos, os quais podemos trabalhar na busca de elementos que corroboram com uma análise histórica e literária. Esses elementos podem ser visualizados no mapa conceitual do subcapítulo “introdução”.

Através desses elementos, o narrador cria, como diz Alfredo Bosi (2014):

Segundo o seu desejo, representações do bem, representações do mal ou representações ambivalentes. Graças à exploração das técnicas do foco narrativo, o romancista poderá levar ao primeiro plano do texto ficcional toda uma fenomenologia de resistência do *eu* aos valores ou antivalores do seu meio.

A literatura zapatista e indígena dos povos pré-colombianos são exemplos disso. Utilizam de uma linguagem discursiva plural recheada de mitos e lendas, que mesclam elementos das diversas culturas nativas, com a demanda por direitos humanos e democracia. Assim, combinando narrações do cotidiano, fazendo alusões a autores renomados e a estilos literários, procurando atingir grande parcela da população.

A história não passa de rabiscos escritos por homens e mulheres no solo do tempo. O poder traça o seu rabisco, elogia-o como escrita sublime e o adora como se fosse a única verdade. O medíocre limita-se a ler os rabiscos. O lutador passa o tempo todo preenchendo

páginas. Os excluídos não sabem escrever... ainda (MARCOS, 1998).

Ademais, a literatura pode contestar a própria literatura. Como é o caso das obras de inserção da cultura negra como forma de resistência, em que a principal crítica gira em torno da não legitimidade do negro em sua própria produção literária, assim consolidando culturas discriminatórias como o branqueamento positivo e a superioridade da raça branca ou europeia. Discutir esses limites tem sido tarefa árdua de intelectuais comprometidos com uma redefinição do lugar literário da personagem negra e de sua cultura. Essa trajetória da presença negra retratada pela literatura ganha contornos totalmente diferentes, “no momento em que o próprio negro toma para si a palavra, tornando-se sujeito de produção do discurso, e deixa de ser apenas o retrato de estereótipos de uma visão herdada do colonizador” (CARMO, 2010).

Entre esses grupos de revoltosos está a figura de Machado de Assis, um dos grandes escritores brasileiros que irá abordar temas relevantes de seu período. Suas obras têm em seu cerne questões de conflito moral, político e religioso que rondavam seu contexto.

O conto “Mariana”, objeto de análise do artigo, foi escrito em talvez um dos períodos de mais debate sobre a escravidão, em 1871, mesmo ano em que a Lei do Ventre Livre foi promulgada. Para Chalhoub (2003), esse ocorrido serviu como temática para a construção de vários textos que enfocam no preconceito do século XIX. Portanto, através dos contos de Machado é possível perceber característica sobre a nossa sociedade, apontando assim os horrores daqueles que não tinham voz nenhuma para reclamar pelos seus direitos de cidadãos. Em diversos escritos é possível notar os limites entre escravidão e liberdade, em um cenário senhorial e paternalista, com laços de dependência pessoal, politizando eficazmente o drama do processo da emancipação dos escravos. Dado que:

A maneira machadiana de se referir à escravidão e à liberdade dos negros encontra-se marcada pela ironia, pelo disfarce, pela construção alegórica...é feito sobre um viés analítico que toma as relações sociais como temas ficcionais. Na representação das relações entre senhores, escravos libertos, e da visão de mundo destes, no contexto de uma sociedade e de uma mentalidade escravista, que o tema histórico se faz presente (LOPES, 2007).

De tal modo, a Literatura e a História andam lado a lado. O discurso literário caracterizado por uma reflexão se constitui em uma mediação social, assim como o discurso histórico. Através das técnicas de expressão como os modos narrativos, o jeito de se contar uma fábula e construir pontos de vista podem-nos revelar a História.

Por exemplo, os romances distópicos do século XX possuem um caráter de crítica, revelando e satirizando cenários utópicos por meio da apresentação de universos distorcidos. Ainda, constroem em suas narrativas, denúncias das relações políticas e sociais do contexto em que foram produzidos. Dentro da ascensão de regimes autoritários, a literatura distópica responde, e não apenas reflete estas realidades, de forma crítica e ativa, observando atentamente as relações entre Estado e indivíduo. Expondo como o último está submetido ao controle de poderes vindos do regime, que assume diversas formas e age por meio de diferentes dispositivos. Sendo assim:

O romance distópico se constrói em relação ao contexto social e político em que é escrito, bem como em uma intertextualidade com a literatura utópica e é transpassado por um sentimento de desesperança no que tange ao Estado perfeito e ao futuro, característico de grande parte da intelectualidade europeia no período entre a 1ª Guerra Mundial e o fim da 2ª Guerra Mundial. Além disso, a literatura distópica, ao representar a relação entre homem e Estado é impregnada de valores, como o de liberdade e individualidade humana (ROSA, 2017).

A utilização dos textos literários como fonte histórica também ganhou maior dimensão, em especial quando se trata do tema da modernidade. Para Luis Pereira (1990), a poesia de Baudelaire “não era apenas uma manifestação poética nova, era, além disso uma nova maneira de exprimir uma filosofia do homem moderno submetido a todas as angústias e tramas daquele período histórico” (PEREIRA, 1990).

Tanto a construção historiográfica quanto a literária são fatos da cultura, dos modos de percepção, significação e instituição do mundo enquanto realidade. História e Literatura voltam a se encontrar como lugares de preservação e instituição de memórias e identidades, ou como ruptura e desconstrução, sendo os faróis que podem iluminar territórios da utopia.

A Escravidão Imaginada

Atentemo-nos agora à escravidão, de um contexto geral para o contexto regional do Brasil durante o séc. XIX. O sistema escravista foi exercido em várias sociedades durante a história, cada qual delas detinha suas próprias particularidades. É um regime servil em que um indivíduo presta serviços para o outro, porém, geralmente um escravo não possui uma cidadania ampla. Uma das principais definições de escravidão se dá no sentido jurídico, onde o escravo é uma posse do senhor, porém, segundo

Meillassoux, pelo que consta no dicionário de conceitos de Silva e Silva (MEILLASSOUX, 2001), a definição jurídica apenas mascara as relações sociais da escravidão. Isso ocorre, pois, o vínculo entre senhor e escravo, como coisa ou propriedade, neutraliza a relação social. Pela visão de David Brion Davis, também contida no dicionário de conceitos de Silva e Silva (DAVIS, 2009), a escravidão ultrapassava limites jurídicos, devendo ser tratada como uma instituição real com interações econômicas e interpessoais.

A escravidão se caracteriza por um modo de exploração que toma forma quando uma classe distinta de indivíduos se renova continuamente a partir da exploração de outra classe, quando todo um sistema social se estrutura com base na exploração e na perpetuação de escravos continuamente reintroduzidos, seja por comércio ou produção natural (MEILLASSOUX, 2001)

Karasch (2000) colabora com o ideal do sistema escravista ser uma instituição que extrapola a esfera jurídica e se envolve em situações econômicas e interpessoais através de seus estudos. No Brasil do século XIX, ter a posse de escravos representava o status social de determinada pessoa perante a sociedade, além do escravizado ser visto como mão-de-obra e moeda de troca. Os cativos eram coisificados, mas não eram vistos apenas como objetos inanimados, reduzidos as vontades de seus senhores, pois muitos deles interagem nos meios sociais como empregados, construtores, engraxates, prostitutas ou artesãos.

O sistema escravista era um dos pilares da sociedade na época e foi aos poucos que sua instituição começou a ser condenada e combatida. A Lei do Ventre Livre, promulgada em 1781, colaborou em muito para que esta instituição fosse criticada, e é neste ponto que uma peculiaridade da escravidão no Brasil se faz necessária entender.

No Brasil, a escravidão tinha um caráter paternalista, uma relação de dependência pessoal e cativo. Isso fazia com que os senhores de escravos acreditassem que dominavam os corpos e espíritos dos cativos, o que gerou muitos entraves no caminho para a emancipação:

A aproximação entre escravidão e liberdade, para enfatizar a precariedade e os limites de qualquer experiência de liberdade numa sociedade paternalista, organiza em torno da reprodução dos laços de dependência pessoal, politiza eficazmente o drama do processo de emancipação dos escravos, então em evidência. Escravidão e

paternalismo, cativo e dependência pessoal, pareciam duas faces da mesma moeda (CHALHOUB, 2003).

Os senhores imaginavam que os escravos os demonstravam gratidão, exemplificando isso no caso de Mariana, ainda que muitos tivessem consciência de que não teriam chances de melhoria em sua condição social. Alguns dos fatores que impediam a sua movimentação contra seu cativo eram:

A repressão, as esperanças de obter a liberdade, as divisões entre escravos em melhor e pior situação, entre libertos e escravos, entre crioulos e africanos foram os vários fatores que concorreram para isso (para a falta de rebeliões de escravos e pelo apego ao trabalho escravo) (FAUSTO, 2008)

Por consequência, os senhores tinham estima pelos cativos, apesar da raiva e do ódio, havia uma relação de dependência. A qual motivava a necessidade de deturpá-los. Com isso, ao demonstrar este sentimento, geravam situações de humilhação e violência. A relação de paternalismo estava muito enraizada na sociedade brasileira da época, e Machado de Assis, no conto “Mariana”, conseguiu representar um retrato desta relação. Chalhoub (2003) enxerga a mensagem do conto, através da relação abusiva e paternalista entre Coutinho e Mariana, de que a escravidão estava tão entranhada na sociedade brasileira que era banalizada ao ponto das pessoas refletirem sobre ela por alguns minutos, como feito no conto com os amigos de Coutinho, e acharem tudo aquilo normal, sem perspectivas de mudança. Indo ainda mais fundo na questão paternalista, é interessante identificarmos, dentro da relação entre brancos e negros no Brasil, a fetichização dos cativos. Esse tópico é primorosamente exposto na obra de Gilberto Freyre: *Casa Grande e Senzala*. No quarto capítulo, intitulado “O escravo negro na vida sexual e de família brasileiro”, Gilberto comenta:

É verdade que as condições sociais do desenvolvimento do menino nos antigos engenhos de açúcar no Brasil, como nas plantações *ante-bellum* da Virgínia das Carolinas - do menino sempre rodeado de negra ou mulata fácil - talvez expliquem, por si sós, aquela predileção. Conhecem-se casos no Brasil não só de predileção, mas de exclusivismo: homens brancos que só gozam com negra (FREYRE, 2001)

O autor continua, ainda, com tantos outros apontamentos, que não valem ser colocados aqui vide o caráter do artigo, mas que comprovam uma situação não apenas de relações com caráter paternal, mas relações de poder que envolvem, em alto grau, a sexualidade.

Enfim, para Machado de Assis, essa situação deplorável só mudaria através de uma intervenção do

Estado, e ela começaria a ser efetiva a partir da Lei do Ventre Livre.

A mensagem inescapável do conto é a necessidade de o poder público submeter o poder privado dos senhores ao domínio da lei. Era preciso intervir nas relações entre senhores e escravos e promover a superação da instituição da escravidão, enfrentando decididamente os interesses sociais e econômicos que ainda a sustentavam (CHALLOUB, 2003)

Quanto ao imaginário, é importante que seja esclarecido, afinal, se faz necessário para que se possa compreender a escravidão no Brasil a partir de um conto literário, visto que a realidade é percebida através de nossos sentidos e traduzida internamente, criando o que chamamos de imaginários. O processo de construção da realidade se dá por conhecer um objeto, interpretá-lo, apreender uma pequena fração do conteúdo em si e exteriorizar sua interpretação de imaginário, isso será sua realidade. “Faz parte da representação como tradução mental de uma realidade exterior percebida, mas apenas ocupa uma fração do campo da representação” (LAPLANTINE & TRINDADE, 1997).

O imaginário social enxergava a escravidão como parte necessária para o funcionamento da sociedade do Brasil no séc. XIX, os indivíduos podiam condená-la no campo ideológico ou intelectual, esta era a pequena fração do meio extrínseco, mas na prática, a escravidão ainda era tida como parte operante da sociedade pela maioria e isto acabava se tornando o real, pois os senhores escravistas promoviam a hegemonia de seus imaginários escravocratas. “O real é a interpretação que os homens atribuem à realidade” (LAPLANTINE & TRINDADE, 1997). Portanto, o imaginário é a interpretação do real de cada indivíduo, ele se torna as lentes pelas quais enxergamos. Na obra de Machado de Assis podemos ver um retrato deste imaginário, pois ela engloba toda a tradução e interpretação mental de uma realidade exterior percebida.

Brasil: um cenário de transformações

O passado rural

Para falarmos sobre o contexto do século XIX, em que Machado de Assis estava inserido, é necessário fazermos uma revisitada à nossa herança rural colonial. A colonização brasileira foi caracterizada pelo estilo de povoamento baseado na exploração. Ou seja, aqueles que vieram não queriam se estabelecer no país, mas sim arrancar o máximo possível de riquezas em menor tempo. Portanto, nossa colonização teve um caráter litorâneo em que as grandes cidades brasileiras surgiram como meros postos comerciais. Isso porque os portugueses encontraram comércio com os nativos, não queriam o desafio de adentrar na floresta tropical e não queriam enfrentar as tribos mais agressivas do interior. Além disso, perceberam que aquelas terras eram propícias para a criação de cana, por

consequente as cidades que se surgiram eram verdadeiras feitorias.

Deste modo, nascia o esplendor rural no Brasil, em que as propriedades rurais montadas no litoral eram o grande centro social do contexto. O que predomina, neste cenário, é o campo e não a cidade. Esse era o grande aspecto de formação cultural e moral que predomina na colônia e cria uma herança que chega até o tempo modernos. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se encontra durante os séculos iniciais da ocupação européia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas (HOLANDA, 2014).

Sob o poder de um senhor, as fazendas de canas eram verdadeiras monarquias absolutas com seus microcosmos próprios. Nelas viviam a família patriarcal, escravos trazidos da África, alguns escravos indígenas e os agregados, constituindo um organismo completo. “Tinha capela, escola de primeiras letras, a alimentação diária procedia de plantações, das criações, da caça, da pesca proporcionadas no próprio lugar” (HOLANDA, 2014). Assim, não necessitava de meios externos, sobrevivia de maneira autônoma, de forma que o proprietário de terra não sofria réplica.

Logo, surgira uma cultura doméstica e rural. Os valores das pessoas eram familiares, não se confiavam em outras famílias, apenas em aqueles que dividiam laços de parentesco. Porém, sem que a hierarquia deixasse de existir, com o senhor de engenho no topo. Ele domina tudo, é visto até mesmo como um embaixador, porque quando está fora de seu ambiente do engenho, é ele quem controla a política, e, por consequência, o aparelho estatal. Percebemos assim como a fazenda imprimiu nas pessoas esta moral restritiva que nascera a partir de uma autoridade privada, do interesse particular. Na História do Brasil, segundo essa noção, e mais especificamente no século XIX, a preocupação é defender seus próprios interesses.

Na ausência de uma burguesia urbana independente, os candidatos às funções novamente criadas recrutam-se, por força, entre indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de mentalidade e tendências características dessa classe. Toda a ordem administrativa do país, durante o Império e mesmo depois, já no regime republicano, há de comportar, por isso, elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial (HOLANDA, 2014).

O que vence é o particular e não o coletivo. O que surge é um “espírito de facção”, em que não se hesitava em burlar os interesses coletivos em nome da aspiração de seus próprios interesses. Um bom exemplo disso são os próprios comerciantes de escravos.

Em vista disso, nossa herança rural não permitiu que surgisse a ideia de igualdade, coletivo, de um racionalismo social. As ideias iluministas não ganharam tanta repercussão, o industrialismo cedeu ao poder do mundo rural, e também, essa herança nos separou em nichos, impossibilitando um projeto de nação.

Inicia-se uma mudança quando a família real chega em 1808. A partir daí começam a nascer instituições que, aliadas a máquina pública, davam maior importância para as cidades, não sendo esses mais meros acessórios da vida rural. Contamos então com a presença de D. João VI, que retorna a Portugal, intitulado seu filho, D. Pedro I como Príncipe Regente. Esse, por sua vez, se torna o primeiro imperador do Brasil, em 1822, com o advento da independência.

O Segundo Reinado: Uma visão sócio-política

Enfim, depois da abdicação de D. Pedro I, o governo brasileiro entra no que é conhecido como Período Regencial (1831-1840). A fragilidade desse curto momento de tempo pode ser notada no seguinte excerto “Apenas entre 1831 e 1835, registraram-se vinte levantes em cidades brasileiras e, só na capital, nos anos de 1831 e 1832, sucederam-se seis motins de ‘tropa e povo’ [...]” (RICUPERO, 2017).

De 1832 a 1835 houve a revolta dos cabanos, em Pernambuco, que tinha caráter rural e monarquista. Procuravam, portanto, o retorno do Imperador. Contou com a participação de proprietários de terras, trabalhadores livres, indígenas e escravos. A Cabanagem (1835 - 1840), no Pará, foi uma rebelião separatista, com o apoio dos escravos, apesar de não haver abolido o sistema de trabalho forçado. Na Bahia, de 1837 a 1840, houve a Sabinada. Uma rebelião deveras interessante, pois além de ter cunho ideológico federalista e republicano, supostamente libertaria os escravos que se armassem em prol da revolução. Dentre outras tantas revoluções, como a Farroupilha (1835-1845) e a Balaiada (1838-1840). Resumindo, o poder se encontrava excessivamente descentralizado. As províncias não respondiam mais aos mandos centrais. Como bem comenta o historiador brasileiro Boris Fausto:

O período regencial foi um dos mais agitados da história política do Brasil. Naqueles anos, esteve em jogo a unidade territorial do país, e os temas da centralização e da descentralização do poder, do grau de autonomia das províncias, da organização das forças armadas assumiram o centro do debate político (FAUSTO, 2008).

Em agosto de 1831 foi criada a Guarda Nacional, devido ao fato de o Exército ser significativamente composto por portugueses. Essa nova instituição de caráter

militar era composta, então, por aqueles cidadãos que se encontravam entre 21 e 60 anos de idade. O alistamento em si era obrigatório, o que desfalcou completamente o Exército da elite portuguesa, ainda mais quando se considera que quem servisse a Guarda Nacional era dispensado do serviço militar na outra instituição (FAUSTO, 2008).

Pormenorizado as especificidades do período regencial brasileiro, podemos entender os motivos para o conhecido golpe da maioria. Portanto, a estratégia da coroação do infante D. Pedro II, que no período completou seus parcos 15 anos de idade, era repleta de rituais e simbolismos que procuravam legitimar o poder do pequeno monarca. Assim, sua suntuosa coroação visava “dar concretude aos interesses do poder através da construção de sua imagem material” (SCHWARCZ, 2018). Inclusive, as próprias nomenclaturas criadas para se dirigir a sala do trono, por exemplo, eram construções para a sua reafirmação. “A começar pela palavra ‘templo’, nome dado à parte central do edifício onde se instalaria Pedro II depois de coroado, que já remetia ao sentido de culto religioso e exposição divina” (SCHWARCZ, 2018).

Nesse caráter representativo, o período regencial é demonstrado nas paredes da sala do trono como anárquico e demoníaco. Nas pinturas, a história era manipulada para demonstrar coerência entre o passado e o futuro, um movimento típico nas tentativas de se dar reconhecimento ou legitimidade a um poder. Assim, D. Pedro II é coroado em meio a um mar alegórico que unia as tradições de coroação antigas aos símbolos mais recentes, como o Cruzeiro do Sul e as demais estrelas do céu brasileiro, ou a presença da constituição, durante o ritual, junto a espada, comum nos rituais de coroação europeus. Aqui é muito interessante salientar o caráter de “Tradição Inventada” que todo esse início de reinado tomou, a partir da construção de novas simbologias para representar o que será no futuro o Monarca dos Trópicos. Por conseguinte:

A partir da Maioridade, abriu-se fase de dez anos de progressiva afirmação tanto da autoridade e do amadurecimento político do monarca quanto da organização e imposição do predomínio de setores ligados ao ‘regresso conservador (1840-1850)’ (RICUPERO, 2017)

Depois de ter coroado o jovem imperador, a corte brasileira tratou de arranjar os preparatórios para o casamento. De fato, esse foi um evento que não animou muito o jovem monarca. Casou-se com a Princesa Teresa Maria Cristina, das Duas Sicílias, com a qual não ficou muito contente, porém, infelizmente para D. Pedro, a preocupação de um casamento real é muito mais direcionada às relações diplomáticas do que à felicidade pessoal. Com ela o imperador brasileiro teve quatro filhos, dos quais um faleceu durante a infância.

Pois bem, ainda que o período que antecedeu o reinado de D. Pedro II tenha sido deveras conturbado internamente, nos âmbitos sociais, políticos e econômicos, o segundo momento da monarquia brasileira, aquém de sua aparência estável, sofreu sim perturbações políticas, ainda

mais nos assuntos que se relacionam com o sistema escravocrata. Desta forma, o tráfico negreiro, problemas com a estrutura agrária e o incentivo à imigração eram os principais impasses enfrentados por D. Pedro (SCHWARCZ, 2018). Para além disso, no início de seu governo, o Imperador enfrentou uma grande porção de questionamentos e revoltas de cunho liberal, como a Revolução Praieira de 1848. A questão entre conservadores e liberais ainda se mantinha como um problema. Boris Fausto comenta: “A divisão entre liberais e conservadores tinha assim muito de uma disputa entre clientelas opostas em busca das vantagens ou das migalhas do poder” (FAUSTO, 2008).

Os entraves se agravam muito mais quando se pensa que a estrutura agrária brasileira era alicerçada pelo sistema escravista, principalmente devido às plantações de café, que futuramente iriam prosseguir sem a necessidade do trabalho forçado dos cativos (FAUSTO, 2008).

Baseado num projeto conservador, as lavouras de café multiplicaram a desigualdade regional, em favor das áreas que comandavam o processo de independência e de formação do Estado nacional. Além disso, o café mudou a forma de produção dos fazendeiros, com a instauração de moinhos, engenhos de socar e tulhas para armazenamento de grãos. Essa era movida pelo trabalho braçal dos escravos que sofriam diversas punições (PRIORE, 2016).

O trabalho escravo, por sua vez, era alimentado pelo tráfico negreiro, que estava sofrendo com as pressões da Inglaterra para sua proibição. Por fim, sem cativos para trabalhar nos campos é necessária a importação de trabalhadores livres. Por consequência desse entrelaço, e do necessário apoio dos grandes senhores de escravos para com a Coroa, o assunto do fim da escravidão foi revogado até o último minuto.

O interessante em manter a escravidão levou as províncias mais importantes a descartar as alternativas de uma separação do Império que as enfraqueceriam enormemente diante das pressões internacionais antiescravistas, lideradas pela Inglaterra (FAUSTO, 2008).

Até porque, o fim do tráfico era visto como um grande fator desestruturante da sociedade, provocando seu colapso. Em vista dessas prorrogações, a pressão da Inglaterra para o fim do sistema de escravidão começou a ficar cada vez mais pesada. O tráfico de escravos era, portanto, um assunto politicamente delicado no período. Enquanto outras questões eram mais flexíveis, o problema do tráfico mobilizava completamente os instrumentos políticos.

Tanto é verdade que, em nenhuma outra instância, os dirigentes brasileiros demonstraram, por ação ou omissão, tamanha determinação de frustrar os objetivos consignados em tratados. A recíproca é verdadeira: se a Inglaterra acabou por aceitar o fim dos privilégios comerciais e de jurisdição, jamais transigiu na questão do tráfico, até obter sua completa eliminação. (RICUPERO, 2017)

Em 1845, através de uma decisão completamente unilateral, a Inglaterra aprovou a conhecida Lei Aberdeen, que concedia, as embarcações inglesas, o direito de abordar, apreender e encarregar o julgamento de embarcações negreiras. “Nos cinco anos entre 1845 e 1850, a Marinha inglesa capturou quase quatrocentos navios negreiros” (RICUPERO, 2017). Em 1849 a pressão aumentou, devido ao fato de que a Marinha inglesa começou a atuar próximo à costa brasileira, dentro de águas nacionais.

Na escala de recriminação que se seguiu, a Inglaterra ameaçou bloquear os portos do país e paralisar seu comércio exterior, que poderia conduzir a uma guerra extremamente desigual com a principal potência econômica, naval e militar da época (RICUPERO, 2017)

Assim, diversos navios negreiros começaram a ser abatidos enquanto o Estado brasileiro ainda se mantinha imparcial. Era sabido, porém, que o destino do tráfico estava selado. Principalmente devido à expansão do capitalismo industrial. Contudo, mesmo sendo o tráfico uma prática condenada ao fracasso, devido às novas realidades econômicas, o Brasil resistiu à pressão inglesa e à constante violação de sua soberania até 1850, quando houve a reafirmação da proibição do tráfico, de fato (Dinamarca já o havia feito em 1804 e a Inglaterra em 1807), com a Lei Eusébio de Queirós (RICUPERO, 2017).

Com a aprovação da Lei de 1850, o tráfico negreiro caiu de cerca de 50 a 60 mil africanos anuais, em 1848, para próximo zero, em 1855. Sendo o último desembarque com cerca de 200 africanos, entretanto com o fim do transporte de negros via mar o tráfico começou a acontecer entre províncias, ou seja, dentro do território nacional. Outro fator curioso é que, ainda assim, a Lei Aberdeen, considerada ilegal pelo governo brasileiro, ficou vigente até 1869. Pois bem, “O fim do tráfico constituía um divisor de águas, do ponto de vista político e ideológico. Se o Brasil tornava ilegal a importação de escravos, a manutenção do escravismo no país perdia legitimidade” (FAUSTO, 2008).

O que não se esperava é que essa proibição fosse de algum modo positiva, o que acabou sendo. Com o advento da vetação do transporte de negros africanos para fins de trabalho forçado, a receita do Brasil aumentou, e muito, propiciando a possibilidade de investimento interno nas áreas do transporte. Isso, unido ao mercado de café externo favorável propiciou um grande crescimento econômico em um curto espaço de tempo (SCHWARCZ, 2018).

Com a estabilidade política e econômica da década de 1850 o Rio de Janeiro ficou mais perto de seu desenvolvimento urbano. Inspirado na Paris Burguesa, grandes renovações foram ocorrendo na estrutura da então capital do Império Brasileiro. Um desenvolvimento notado até em pequenos aspectos, como o transporte, por exemplo “Os palanquins e cadeirinhas tinham se tornado um arcaísmo, substituídos por carruagens europeias” (PRIORE, 2016).

E, claramente, essa abrupta mudança não passou despercebida aos olhos do escritor carioca Machado de Assis. Como bem é comentado por Schwarcz e Starling, Machado critica esse desenvolvimento quando constrói “[...] a história de Fulano Beltrão, um homem cuja a ascensão social e política levou a mudanças profundas em seus hábitos” (SCHWARCZ, 2018).

Assim, toda essa reestruturação, junto a repentina proibição do tráfico de escravos, tornou o Rio de Janeiro em um “[...] polo centralizador e difusor de hábitos e linguagens, na mesma medida em que lá se enraizava a ‘boa sociedade’” (SCHWARCZ, 2018). Estabelecendo uma forte cultura de elite, que se moldava nas raízes conservadoras daquela sociedade.

Era um momento de pouco exercício político e de procura por uma identidade que os representasse enquanto pertencentes ao Brasil. Daí a procura por um movimento nacionalista dentro do indianismo romântico, esquecendo da presença escrava, que era de fato muito numerosa. O romantismo palaciano financiado pela monarquia condicionou seu perfil conservador, e unindo isso a aproximação do Imperador, conhecido como um grande mecenas, nas diferentes instituições fomentadoras de cultura, como o IHGB e a Academia Imperial de Belas Artes, percebe-se mais uma tentativa de reafirmação de um país monárquico numa América republicana.

Contudo, esse momento de avivamento cultural pode ser considerado como a prioridade errada, considerando a situação política delicada em que o Brasil se encontrava. A pressão exterior para o fim da escravidão continuava, e o Estado brasileiro insistia em manter esse assunto de lado. Para piorar as coisas, a partir da década de 1860 as coisas do império começam a ruir. Em 1862 Estoura a questão Christie. Em 1864 estoura a questão do Uruguai, um prelúdio para a guerra que se segue, como, mais uma vez, comenta Schwarcz e Starling, tudo começou quando:

[...]o Império lançou um ultimato exigindo providências rápidas contra supostos abusos sofridos por brasileiros lá residentes (em território uruguaio) e pressões sobre os criadores de gado rio-grandenses instalados do outro lado da fronteira (SCHWARCZ, 2018).

Em 1865 é que começa a guerra do Paraguai, de fato. Esse foi um conflito bem mais longo e complicado do que se imaginava no período. Os entraves entre Solano Lopes e o exército nacional geraram despesas enormes.

O conflito irrompeu quando a economia brasileira se encontrava em crescimento, o que demandava a modernização e ampliação de sua infra-estrutura de comunicações e, ainda, mais mão-de-obra para satisfazer às necessidades da agroexportação. A guerra desviou recursos humanos e financeiros das atividades produtivas, fato que levou o Barão de Cotegipe, importante político conservador

da época, a lamentar que ela atrasava o Brasil em meio século (DORATIOTO, 2009).

Ainda, nesta mesma década, ocorre o surgimento com maior intensidade das campanhas contra a escravidão. Por conseguinte, esse atrito internacional gerou grandes ecos na questão escravista. Isso se deve à liberdade concedida pelos senhores aos escravos que lutassem na guerra, no lugar dos filhos da elite, que foram convocados. Em 1866 uma lei concedia, também, liberdade aos chamados “Escravos da Nação” (FAUSTO, 2008). Esses eram os negros apreendidos pela guarda nacional em transações ilegais, pós lei Eusébio de Queiroz. Além de grandes implicações relacionadas à questão da escravidão, a guerra possibilitou a formação de um Exército forte e determinado a ter sua opinião ouvida, “[...] que adquiriu, nos campos de batalha, identidade própria, desvinculada da Monarquia, depondo-a com o golpe republicano de 15 de novembro de 1889”.

Houveram sim, de alguma forma, ganhadores nesse massacre terrível. Apesar de causar grandes prejuízos ao Estado brasileiro, felicitou muito os fornecedores argentinos de mantimento e víveres e os fabricantes europeus de armas. Talvez esses tenham sido os únicos beneficiados diretos desse conflito.

No início da década de 1870, com o fim da Guerra, foram criados o Partido Republicano, a Sociedade de Libertação do Rio de Janeiro e a Sociedade Emancipadora do Elemento Servil (SCHWARCZ, 2018).

Em 1871 é aprovada a Lei do Ventre Livre, um passo importante para a eliminação do sistema escravista. Porém, a legislação oferecia subterfúgios aos donos de escravos que: ou ganhavam uma indenização de 600 mil réis; ou obrigavam o cativo a trabalhar até a idade de 21 anos. Sem contar que a lei propunha apenas a liberdade daqueles que nasceram após a data de sua promulgação, não beneficiando as mães dessas crianças, e fazendo com que os pequenos fossem obrigados a ficar em cativeiro por mais vários anos. Ou seja, a lei teve, em sua prática, escassos efeitos. “Poucos meninos eram entregues ao poder público e os donos de escravos continuaram a usar seus serviços” (FAUSTO, 2008). Ainda, é bem apontado por Schwarcz e Starling “Havia na lei outro detalhe que desgostou os grandes proprietários, e os indispôs com a monarquia. A medida reconheceu formalmente a existência de famílias escravas” (SCHWARCZ, 2018)

Lembrando também que, a partir daí os donos de escravos eram obrigados a registrar uma matrícula para o seu escravo. Sem esse documento, o cativo era, legalmente, considerado um “homem livre de cor”. Essa lei foi de grande impacto para os senhores de escravos, principalmente por levantar outras questões sobre a cidadania dos libertos. Questões essas que em 1888, com a promulgação da Lei Áurea, ainda não haviam sido resolvidas.

Fato é que a mentalidade vigente pretendia retardar o fim do domínio privado dos senhores. É por isso que a lei, ao introduzir o Estado como mediador das relações feria de frente os interesses das elites rurais, ao

mesmo tempo que abria espaço para a organização do primeiro movimento abolicionista nos tribunais de São Paulo e do Rio de Janeiro (SCHWARCZ, 2018).

Quanto ao Imperador, em meio a tudo isso ele se firmava contra a escravidão, porém não usava de seu poder para apressar a abolição, mantendo sua imparcialidade sobre o assunto, procurando realizar joguetes para manter uma falsa sensação de estabilidade.

O Imperador e a burocracia imperial atendiam à essência dos interesses dominantes ao promover a ordem em geral, ao dar tratamento gradativo ao problema da escravidão etc. Mas assim agiam contrariando, às vezes, os pontos de vista de sua base de apoio. A Lei do Ventre Livre, proposta pelo Imperador apesar da oposição quase generalizada dos fazendeiros, é um exemplo disso (FAUSTO, 2008).

Já na última década do reinado de D. Pedro, as coisas só tendiam a piorar para a monarquia: Em 1880 foi fundada a Sociedade Brasileira contra a Escravidão; Em 1883 foi fundada a confederação abolicionista; Em 1884 a escravidão foi extinta oficialmente no Ceará e no Amazonas; Em 1885 foi promulgada a Lei Saraiva-Cotegipe, que dava liberdade para os escravos de mais de sessenta anos, a famosa lei do sexagenário. Assim “Politicamente a situação se complicava com o avanço do Partido Republicano e as querelas do Exército, mas era, sobretudo, a pressão pelo fim da escravidão que captava o grosso das atenções” (SCHWARCZ, 2018).

Por fim, em 1888 ocorre a libertação de fato dos escravos, pela Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel. Nesse ano D. Pedro, pai de Isabel, estava em mais uma de suas pomposas viagens para a Europa, talvez fugindo das condições políticas desfavoráveis que ferviam no Brasil. Assim legando a sua filha o feito de abolir a escravidão no último país a ainda manter esse sistema, nas Américas. Pois bem, parece ser essa uma estratégia para garantir a continuidade da sua dinastia. Obviamente, foi um artifício que não logrou êxito, pois em 1889 a monarquia é derrubada e é instalado o sistema Republicano.

Agora, unindo o desfalque do sistema escravagista por parte das outras nações, principalmente Inglaterra, à lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, e um sistema baseado e necessitado da mão de obra escrava, tem-se um grande problema que começa, também, a tomar conta das discussões nacionais.

Com efeito, esse período coincide com a emergência de uma nova elite profissional que já incorporara os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social. Largamente utilizado pela política imperialista europeia, esse tipo de discurso evolucionista e determinista penetra o Brasil a partir dos anos 70 (do século XIX) como um argumento para explicar as diferenças internas (SCHWARCZ, 2018).

Brasil e sua Ciência das Cores

O Brasil no exterior, por exemplo, durante o século XIX, é representado como um “Festival de Cores”,

parafrazeando Lilia Schwarcz (1993), em sua obra *Espetáculo das Raças*. Essa nomenclatura vem, claramente, do aspecto miscigenado do país, o que trazia uma nota de inferioridade considerando as teorias evolucionistas e deterministas em voga. Essa visão é claramente evidenciada pelas anotações de Louis Agassiz (1807 - 1873), um notório zoólogo e geólogo suíço: [...] que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental (SCHWARCZ, 2018)

Portanto, a imagem que existia do que é a miscigenação, e o que ela gerava, era, no geral, completa e totalmente negativa. Os naturalistas, no século das ciências, identificavam esse processo de mistura racial como algo completamente doente.

Ao lado de um discurso de cunho liberal, tomava força, em finais do século XIX, um modelo racial de análise, respaldado por uma percepção bastante consensual. De fato, a hibridização das raças significava nesse contexto ‘um tumulto’, como concluía o jornal *A Província de São Paulo* em 1887 (SCHWARCZ, 2018).

Com esse princípio de miscigenação, nasce a imagem do mulato, que segundo Mary Del Priore, “[...] estaria se integrando, ou melhor, se acomodando, entre os extremos: o senhor e o escravo” (PRIORE, 2016).

Enfim, ainda que tardiamente, as concepções científicas raciais chegaram ao Brasil. Embora o que tenha chegado ao nosso país, de fato, tenham sido teorias que na Europa não tinham mais relevância. “O que aqui se consome são modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação” (SCHWARCZ, 2018). Mesmo assim foram acolhidas, como pode se perceber, com muito afincio pela reduzida elite letrada pensante nacional. E essa aceitação tem uma ligação muito próxima com o recorte histórico analisado, veja:

Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão de obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer

critérios diferenciados de cidadania (SCHWARCZ, 2018).

Por conseguinte, essa aceitação, como foi visto, pretendia estabelecer um discurso de superioridade racial proposital que justificava as relações de poder entre os brancos, negros e mestiços. Porém, vindo por outro sentido, essa visão tão amplamente difundida nas elites brasileiras do século XIX ia precisamente em direção oposta ao objetivo de formação de uma nação, ou de uma identidade nacional. Simplesmente porque, querendo ou não, o Brasil era uma sociedade caracterizada pela sua mestiçagem, o que, em consequência dessa visão, tornava a monarquia dos trópicos um lugar degenerado. A própria nomenclatura “raça” pode ser identificada como um parâmetro para se identificar a mudança de paradigma que o século XIX sofreu. Com a introdução do termo ao léxico científico por Georges Cuvier, o que ocorre é que:

Delinea-se a partir de então certa reorientação intelectual, uma reação ao Iluminismo em sua visão unitária da humanidade. Tratava-se de uma investida contra pressupostos igualitários das revoluções burguesas, cujo novo suporte intelectual concentrava-se na ideia de raça, que tal contexto cada vez mais se aproximava da noção de povo. O discurso racial surgia, dessa maneira, como variante do debate sobre cidadania, já que no interior desses novos modelos discorria-se mais sobre determinações de grupo biológico do que sobre o arbítrio do indivíduo entendido como ‘um resultado, uma reificação dos atributos específicos de sua raça (Galton, 1869/1988:86)’ (SCHWARCZ, 2018).

Mariana: a representação e contestação de um sistema

Os elementos linguísticos e o imaginário contidos no conto Mariana confirmam a tese da literatura, do final do século XIX, como arte de contestação. Ao passo que foi possível indicar uma faceta da realidade por meio da obra como um todo, pois o autor interpreta a prática e faz projeções mentais que resultam no real, como materializado no conto.

Mariana foi publicado um ano após a Guerra do Paraguai e no mesmo ano das discussões políticas em torno da promulgação da Lei do Ventre Livre. Como aponta Doratioto (2009), o Brasil, após a guerra do Paraguai, “catalisou as contradições políticas e sociais da sociedade monárquica, como o demonstram o desenvolvido do republicanismo e a crise do sistema escravocrata”. O conto

nasce num contexto de contestação política e crise do escravismo.

O enredo conta com um narrador-personagem, porém é a personagem Coutinho quem assume a narrativa. Pois, Macedo, em conversa com Coutinho, aparece como um ouvinte, enquanto o outro relata uma história que se passou na mocidade de ambos, ou seja, um caso contado dentro do enredo, sendo esse caso de natureza retrospectiva.

O narrador apresenta elementos históricos referentes às transformações que a cidade teve. O Jardim do Rocio e o hotel boulevard Carceller, hotel Rovot... são ícones da cidade. Interessante notar que a Capital, em 1871, já possuía iluminação a querosene, isso fez mudar o cenário do Rio e dar ênfase ao processo de modernização. Modernização era sinônimo de crescimento populacional, pois “a modernidade era vista nos locais mais frequentados” (PRIORE, 2016) ou seja, o Rio de Janeiro era a ponta de lança no Brasil.

No enredo, aparecem profissões e afazeres de um modo geral que são divididos em dois blocos, um valorizado e o outro não. A valorização era advinda da aproximação com o trabalho escravo. Quanto maior o grau de aproximação, maior seria o desprezo pela profissão. Pois o trabalho escravo era visto como “arremedo, tosco, brutal, moroso, pouco lucrativo”; já o trabalho livre “é inteligente, é hábil, é ativo, é criador, é lucrativo em décuplo” (CHALHOUB, 2003). Assim, as profissões de copeiro, escrivão e cheiro são desprezadas pelo narrador protagonista, enquanto donos de bar e o negociante são postos com aspectos positivos.

O narrador se configura como um viajante que vê somente as coisas boas. Machado molda um narrador duvidoso, para criticar aquelas pessoas que não são capazes de problematizar o ambiente social. Como afirma Alfredo Bosi, Machado, por meio dos atos e palavras comuns de suas personagens, crítica e questiona a sociedade e sua ideologia.

A Análise linguística apontou para mais dois blocos de representações contidos no conto: a) denominação de “mulato” e “raça” e, b) a hierarquia de escravos. No que tange o primeiro bloco, nota-se que Mariana é chamada por “mulatinha”. A denominação recebeu uma carga pejorativa, porém significa basicamente: filho de pai (ou mãe) branco com mãe (ou pai) negra. Mariana é descrita como uma “mulatinha” que possuía a “afeição” de todos e de seus senhores, gozando de um “afeto fraternal”. Ela é descrita como habilidosa em trabalhos com agulha, aprendeu a ler, a escrever e falar francês. Habilidades raras naquele contexto, ainda mais para uma escrava, dado que a maior parcela da população era analfabeta e uma parcela ainda menor sabia um segundo idioma.

Coutinho afirma que “Mariana aos 18 anos era o tipo mais completo de sua raça”. Ao passo que indica que tais feitos foram conquistados porque ela tinha uma “inteligência natural”. Sendo assim, verifica-se um parâmetro comparativo com o sujeito branco. Interessante

notar que nesse contexto o termo raça fixa-se como conceito e passa a indicar objeto de conhecimento, “cujo significado está sendo constantemente renegociado e experimento” (SCHWARCZ, 1998).

Em 1871, as teorias eugênicas e segregacionistas que despontavam na Europa, estavam entrando por meio da literatura. Sendo assim, Machado, também por sua visão abolicionista, confere o termo raça a distinção da cor de pele, mas também com a intenção de ressaltar uma classe brasileira: o “mulato”. De tal modo, no percurso da segunda metade do século XIX, “o mulato vinha se constituindo em elementos de diferenciação da sociedade rural e patriarcal no universo urbano e individualista” (PRIORE, 2016). Mariana, não faz parte de fato desse mulato caracterizado por Priore do final do século XIX, todavia, ela se encontra na transição do rural para o urbano e em transição de escrava para serva.

O segundo bloco é referente as nomenclaturas que Mariana recebeu, que evidenciam a hierarquia entre os escravos. Mariana é chamada de: “filha da casa”, “cria da casa”, “escrava quase senhor” ... representando a condição de um sujeito escravizado que é diferente dos demais. Porém, em outros momentos, Mariana é lembrada que não é senhora e nem livre, e sim uma “simples escrava”.

Chalhoub (2003) indica que Machado, na narrativa, quis representar senhores de escravos que não conseguiam ver a contradição de tais afirmações, ou seja, de ter afeto, criar como se “fosse uma filha (o)” e mesmo assim tirar-lhes a liberdade. Assim como, deseja fazer uma crítica a sociedade paternalista que acaba por corroer “qualquer experiência de liberdade” (CHALHOUB, 2003)

Outro ponto é referente a hierarquização que geralmente via o escravo de dentro como melhor posição. Todavia, como aponta Mary Del Priore (2016), as escravas de dentro exerciam um trabalho também acalorado, sujo e cansativo. Entretanto, o sistema escravista “teve uma longa vida também por sua abrangência, pela diferenciação entre escravos, pelas expectativas reais ou imaginárias de alcançar a liberdade” (FAUSTO, 2008), como bem representado no conto.

Já no que tange o imaginário contido no conto, o enredo se mostra como porta de entrada, pois traz várias imagens que levam ao conhecimento de uma faceta do real. Machado, por meio das personagens apresenta imagens e símbolos que ultrapassam “o seu referente e contém através de seus estímulos afetivos, meios para agir, mobilizar os homens e atuar segundo suas próprias regras” (LAPLANTINE & TRINDADE, 1997). A personagem Coutinho representa o senhor de escravo que inflige maus-tratos psicológicos a seus escravos, envolvido pela vaidade e por sua posição social. A personagem Amélia, representa um senhor de escravo mais rígido que não inflige somente castigos psicológicos a seus escravos, mas também físicos - ela não executa, mas afirma ser necessário. Não aceita a aproximação de um escravo com seu senhor. E a personagem Mãe de Coutinho, representa um senhor (o) dono de escravo mais brando, que trata seus escravos com caridade e poucos castigos.

Assim, esses três símbolos culminam em modos de ação que havia na sociedade escravocrata, ou seja, simboliza a ação dos senhores de escravos que expressavam a arbitrariedade de diferentes formas. Nota-se que Machado apresenta três versões, porém não há uma versão “realmente boa”. Importante ressaltar que essa é uma análise interpretativa das personagens, não confirmada as claras no enredo.

Todo o enredo cita os conhecidos “atos de caridade” que é a expressão dos valores da época, no qual os escravos deveriam valorizar ações realizadas pelos seus donos, consideradas positivas. Ao passo que se os escravos não aceitassem as propostas ou palavras de seu senhor, era visto como um “escravo insolente”, “ingrato”, “que não valorizava” ... Tal contraste de um ato “gentil”; e a perspectiva de “ingratidão” perpassa todo o conto. Além disso, a personagem Coutinho desperta um interesse sexual por Mariana e afirma que tais pensamentos, por mais que sejam errados, eram permitidos devido aos seus costumes. Machado critica os costumes e a ignorância de muitos senhores que abusavam sexualmente das escravas.

Sendo assim, como aponta Chalhoub (2003), a ideologia paternalista causava uma dependência do escravo com seu senhor. Ao passo que causava situações de humilhação e violência, como comenta a historiadora Mary C. Karasch (2000) “o medo da punição era evidente e um dos meios mais usados e mais poderosos de controle dos escravos no Rio”. Sérgio Buarque de Holanda, 2014, afirma que o paternalismo e a ideologia da generosidade se constituem como uma herança colonial que vai perpassar todo o sistema escravista.

Outro ponto referente aos maus-tratos e a resistência do escravo são notados quando a análise se aprofunda da personagem Mariana. Ela não sofre castigos físicos, porém sua condição de escrava lhe causa muito sofrimento e tristeza, configurando-se como uma violência psicológica. Exemplos como a proibição de aparecer na sala nas horas que há visita, de não poder sentar-se na mesa do jantar, de sempre precisar obedecer a seus senhores, de viver sempre fechada dentro da casa e por não poder viver o amor. Mariana apaixonou-se por Coutinho, seu senhor, caindo assim na tópica romântica do amor impossível. Porém, Machado deixa evidente que esse amor só é impossível por conta dos costumes e do sistema escravocrata. A personagem Coutinho quando descobre, se enviaece e passa a infligir pressão e tortura psicológica sobre Mariana. Essa, por sua vez, para tentar se ver livre dessa condição, fuge duas vezes e na última se suicida. As frases “fugi porque eu o amo, e não posso ser amada, eu sou uma infeliz escrava”, “fossemos ambos felizes, - nhonhô casando-se, e eu morrendo” e “nhonhô não tem culpa: a culpa é da natureza”, são frases que expressam a violência que um escravo sofria no plano psicológico. Ao passo que coloca em dúvida se aquela situação, se o sistema escravocrata, é algo construído pela natureza e justifica uma pessoa ser privada da liberdade e do amor.

Sendo assim, como aponta Karasch (2000), “a tendência deles era enfatizar demais o açoite e brutalidade

física, ignorando outras dimensões dos maus-tratos”. Isso quer dizer que Machado de Assis representa o outro lado dos maus-tratos, da vida dos escravos. Destarte, Chalhoub, (2003) indica, que Coutinho não possuía consciência plena do que aconteceu, do suicídio e sofrimento de Mariana. Demonstra a má consciência de um senhor de escravo ao lhe dar um sofrimento que não era visível no plano físico. As fugas de Mariana configuram-se como uma forma de resistência, visto que muitos escravos, como aponta Schwarcz e Starling (2018), fugiam e formavam quilombos para assim se verem livres da escravidão. Todavia, Machado de Assis consegue demonstrar uma outra forma de resistência: o suicídio.

Faz-se interessante mais uma pontuação: a personagem que narra a história de Mariana, Coutinho, conta de forma sempre a se envaidecer e toma o suicídio de Mariana como o ápice de amor que alguém já lhe deu. Seus amigos, após ouvirem a causa, ficam em silêncio e após alguns instantes voltam para a rua, e o narrador termina falando que foi bom reviver a mocidade. Isso quer dizer que o tom no qual o enredo se passa é nostálgico e as personagens não compreendem a situação que a história de Mariana transmite. Sendo assim, pode-se dizer que a principal crítica feita no conto é diretamente ao sistema escravocrata e num aspecto geral faz parte de um conjunto de contestações e defesa da Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871. Chalhoub (2003) aponta que “Mariana” transforma-se em um documento histórico, em que através da crítica, representa a sociedade escravocrata, seus impasses e a tentativa de mobilização social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se constatar que a literatura do final do século XIX, no Brasil foi um meio para contestação do sistema escravocrata. Além disso, Machado se configurou como um sujeito ativo politicamente em seu contexto. Já o conto traz elementos históricos fundamentais para a compreensão e análise do sistema escravocrata, as relações entre senhor e escravo, e para a investigação dos maus-tratos que a escravidão infligia, assim como os meios de resistência que o escravo desenvolveu.

O panorama literário foi preponderante para responder a problemática, pelo fato que culminaram na compreensão da arte como representação social, política e cultural. Compreensão essa que pode ser descrita como: o conto Mariana ultrapassa um simples texto e adentra nas questões políticas, sociais e culturais. Tais constatações e problemática devidamente respondida, implicaram em uma propagação nos estudos sobre o sistema escravista por meio da literatura como fonte. Também como contribuem para pesquisas no campo da história literária e do sistema escravista brasileiro.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado. **Obras Completa**. Vol. II, contos, ex, I Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

ASSIS, Machado. Histórias Sem Data. In: ASSIS, Machado de. **Obra Completa**, vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 4. Ed. São Paulo: Duas Cidades, 2002.

CARMO, Jairo Moratório do. A inserção da cultura negra na literatura brasileira como forma de resistência: o sentimento quilombista no conto “Dublê de Ogum”, de Cidinha da Silva. Belo Horizonte: **Cadernos Cespuc**, n.19, 2010. Disponível em: < <http://200.229.32.55/index.php/cadernoscespuc/article/view/7847/6882> >. Acesso em 20 jul. 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DAVIS, David Brion, *apud* SILVA & SILVA. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

DORATIOTO, Francisco. Guerra do Paraguai. São Paulo: Contexto, 2009, p. 282. In: MAGNOLI, Demétrio et al. (Org). **História das Guerras**. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2009. Cap. 14. p. 253-286.

EILLASSOUX, *apud* SILVA & SILVA. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto 2009.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2008.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

ROSA, Janis Caroline Boiko da. **A Representação da relação entre o indivíduo e o Estado na Literatura Distópica do Século XX (1921-1949)**. 2017. 80f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

PRIORE, Mary Del. **Histórias da gente brasileira**. São Paulo: Leya, 2016

GOTLIB, Nádía Battella. **Teoria do conto**. São Paulo: Ática, 2006.

HILSENBECK FILHO, Alexander Hilsenbeck. Literatura e resistência: a palavra armada zapatista. **Revista Comunicare**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 81-96, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ITURBE, Antonio G. **A bibliotecária de Auschwitz**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2014.

KARASCH, Mary C. **A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LOPES, Elisângela Aparecida. **“Homem do seu tempo e do seu país”: senhores, escravos e libertos nos escritos de Machado de Assis**. 2007. 171f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007, p.2. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECAP-74QJMQ/disserta_o_v_final_entrega.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MARCOS, S. I. In: DI FELICE, M.; MUÑOZ, C. (org.). **A revolução invencível – cartas e comunicados**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MEILLASSOUX, *apud* SILVA & SILVA. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. São Paulo: Cultrix, 2007.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **A modernidade na mira do poeta**. In: *História: questões e debates*. Curitiba: APAH, n. 20/21, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia M. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.